



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 01/2024

Data da Sessão Ordinária

23 de fevereiro de 2024

Início

20:30 horas

Termo

23:37 horas



Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo dez, de quinze de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iria estar presente o Senhor Deputado Municipal, Luís Manuel Marques Rodrigues, do Partido Socialista, apresentando a devida justificação. Em sua substituição, esteve a Senhora Célia Maria Rodrigues Abreu, do Partido Socialista. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carla Alexandra Pereira Silvério, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Célia Maria Rodrigues Abreu, Maria do Rosário Costa Martins, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; - José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelas Senhoras Vereadoras Maria Helena Soares Roxo e Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelos Senhores Vereadores, Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Também esteve presente Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionário da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério; Segunda Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e três e o dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número cinco de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e três, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma intervenção neste Período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Luísa Cartaxo Manique, referindo que na última vez que tinha abordado com o Senhor Presidente da Câmara Municipal o ponto de situação dos balneários do Campo de Futebol em Montalvo, tinha sido informada que apenas faltava o mobiliário para poderem estar operativos, pelo que, pretendia saber qual o ponto de situação atual. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando o que é que estava previsto por parte da Câmara Municipal ou de outras entidades, para as comemorações dos quinhentos anos do nascimento do Poeta Luís de Camões. Questionou igualmente, qual razão de três viaturas do Município “segundo constava” não estarem operativas, mais concretamente; carro da proteção civil, viatura de transporte da grua, e miniautocarro. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, referindo que, no princípio do mês de janeiro, tinha circulado através das redes sociais, o nome de diversos artistas contratados para as festas do Concelho. Uma vez que o programa, no momento presente, ainda não era do conhecimento público, questionava sobre a veracidade daquela informação e, se teria sido uma intempestiva informação ou, fuga de informação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida, passou a responder à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, referindo que, a última informação que lhe tinha chegado, era que o mobiliário seria entregue na próxima quarta feira “28 de fevereiro” e, com aquele equipamento, ficava finalizado o processo dos balneários. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria



Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando pelas viaturas, esclareceu o seguinte: - A carrinha da Proteção Civil era portadora de uma luz (pirilampo) e de um guincho. Na última inspeção periódica, tinha sido detetado que aqueles dois elementos não estavam averbados no livrete. O Município tinha procedido à documentação necessária para a homologação daqueles elementos junto do IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes), tendo posteriormente que voltar a ser presente para inspeção e, depois de aprovada, voltar a circular. Quanto à Grua, a informação que tinha, era que estava a perder muito óleo e, por questões de segurança, tinha deixado de operar, aguardando-se a sua reparação. Quanto ao Miniautocarro, explicou que a sua inspeção tinha sido sempre anual, no entanto, tinha ocorrido uma alteração há já alguns anos que obrigava a inspeção a ser semestral. O Município não se tinha apercebido daquela alteração, por aquele motivo, o Miniautocarro tinha estado parado durante algum tempo por falta de inspeção. Sobre as comemorações dos quinhentos anos do nascimento do Poeta Luís de Camões, com a devida autorização, deu a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que o Município estava a desenvolver uma série de ações tendo em vista as referidas comemorações. Um projeto designado por “Cinco Séculos, Cinco Dias”, pretendendo envolver todas as associações do Concelho. Já tinham feito algumas reuniões tendo como objetivo o enquadramento de cada uma delas para o enriquecimento das comemorações, que decorreriam enquadradas nas “Pomonas Camonianas”. O programa que se previa sair em meados de abril, ainda não se encontrava fechado, no entanto, poderia adiantar que decorreria de quinta a segunda feira, incluindo; colóquios, conferências, espetáculos de teatro, etc. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, sobre a divulgação prematura dos cabeças de cartaz para as Festas do Concelho. Lamentou a antecipada informação, referindo que tinha contactado a pessoa responsável pela divulgação através das redes sociais dos nomes de três dos quatro cabeças de cartaz. Tratava-se de uma pessoa exterior à Câmara Municipal que, teria consultado o portal das contratações públicas, onde estavam por obrigação legal publicados os contratos, retirando a informação e divulgando. O mesmo já se tinha passado há alguns anos com o Município de Abrantes. Embora a consulta do Portal fosse pública, lamentava a falta de lisura e esperava que a situação não se repetisse futuramente. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para, no respeitante à viatura da



Proteção Civil, deixar uma sugestão, tendo em vista a sua mais rápida utilização; era seu entendimento que, se fossem retirados, o guincho e os pirilampos e, solicitado ao IMT autorização para a utilização de rotativos (móveis) apenas para situações de emergência, o processo seria certamente mais célere e, enquanto não fossem homologados aqueles elementos no livrete da viatura, a mesma não ficaria imobilizada até à inspeção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar duas questões; A primeira, qual o ponto de situação do ordenamento do trânsito na Freguesia de Montalvo, uma vez que o Regulamento de Trânsito é da responsabilidade do Município. Não só, mas principalmente na Rua Annes de Oliveira, o estacionamento desordenado de viaturas, fazia perigar todos quantos por lá circulavam. A segunda questão, dizia respeito a habitações devolutas junto ao Largo do Terreiro, comentando-se na freguesia que algumas delas poderiam vir a ser utilizadas para habitações a custos controlados. Pretendia saber da veracidade daqueles comentários, uma vez que na opinião da sua Bancada, colocar mais habitantes num local já por si confuso em termos de trânsito, era agravar ainda mais a situação naquela artéria. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que já tinha decorrido uma sessão pública naquela Freguesia, aberta a toda a população. Tinham sido apresentadas as linhas orientadoras para a regularização/reorganização do trânsito na Freguesia de Montalvo, tendo sido apresentadas algumas pertinentes questões por alguns residentes. Os técnicos do Município estavam a trabalhar no assunto, no sentido de se proceder a uma consulta pública para que os residentes na Freguesia se pudessem pronunciar durante o período que a mesma decorresse. Seria inclusive feita uma informação porta a porta. Relativamente às habitações devolutas/degradadas junto ao Largo do Terreiro, particularmente o imóvel que fazia esquina com o Largo atrás referido e a Rua Annes de Oliveira, tratava-se efetivamente de um imóvel sinalizado pela Câmara Municipal, tendo em vista, através do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), a sua aquisição para reabilitação para habitação a custos controlados. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar, qual o ponto de situação do programa para habitação a custos acessíveis. -----

Solicitou novamente a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar, se o executivo municipal já tinha pensado na possibilidade de, em vez de reabilitar os imóveis junto ao Largo do Terreiro em Montalvo, porque não optar pela sua demolição, aumentando os espaços para estacionamento tão necessário naquela zona da Freguesia. Não seria uma coisa inédita

no Concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que compreendia e respeitava o seu ponto de vista, no entanto, o Largo do Terreiro já tinha espaço para estacionamento e, a cerca de cem metros existia uma outra bolsa de estacionamento. Em seu entender, não seria uma mais valia, demolir aquele espaço habitacional para aumentar o estacionamento. Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, sobre o ponto de situação do programa para habitação a custos acessíveis, referiu o seguinte: naquele momento, para além do acordo já celebrado pelo Município para a reabilitação dos edifícios na Rua Grande, na Freguesia de Constância, com o projeto de execução desenvolvido, que infelizmente tinha sido inicialmente chumbado pela CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) devido a uma pequena ampliação (ação não compatível em zona de REN), tinha posteriormente sido reformulado e dentro de pouco tempo seria novamente submetido a um pedido de parecer à mesma entidade (CCDR). Logo que aprovado, seria lançado o concurso para a realização da empreitada. Paralelamente àquele procedimento, tinha sido celebrado o acordo de execução com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), em Torres Novas, para se avançar com os três lotes da Travessa do Jardim, em Montalvo, e com o lote no Bairro da Serafina, em Malpique. Tudo o que eram aquisições a privados, com a queda do governo tinham ficado parados, uma vez que eram processos cuja autorização dependia do Primeiro Ministro. A única forma para se conseguir ultrapassar a situação, de acordo com o pensamento da CIMT, era a realização de uma consulta pública em que os proprietários dos imóveis demonstrassem interesse em os vender ao IHRU. Seria a única forma para ganhar tempo e não estar à espera que um novo governo tomasse posse. Se não tivesse acontecido a queda do governo, o Município de Constância estava em condições de assinar a totalidade dos fogos previstos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para, na continuidade da explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, se confirmava que o contratualizado naquele momento se resumia aos seguintes acordos: - Reabilitação de três imóveis na Rua Grande, em Constância; construção de três novos imóveis na Travessa do Jardim, em Montalvo e, uma construção no Bairro da Serafina, em Malpique, num total de sete imóveis. -----
O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra apenas para confirmar. -----

Por não haver mais questões para o Período Antes da Ordem do Dia, e antes de passar à leitura do Edital e da respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que pretendia introduzir um novo ponto na Ordem de Trabalhos, cujo documento já tinha sido antecipadamente distribuído a toda a Assembleia Municipal. Tratava-se da “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para um pedido de apoio à Junta de Freguesia de Constância, na cedência da Sala Polivalente do Cine Teatro Municipal de Constância, às terças feiras das 16h00 às 17h00, para a execução do projeto “Academia da Mente”. Colocada a introdução do novo ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação do Plano Municipal de Ação Climática – Para deliberação; -----
3. Análise, discussão e eventual aprovação do PAPERSU – Plano de Ação do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2023 do Município de Constância – Para deliberação; -----
4. Declaração LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) reportados a 31/12/2023 – Para conhecimento; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta – Refeições Escolares – Contratação de Serviço de Confeção Local para o Refeitório do Centro Escolar de Santa Margarida e para o Refeitório da Escola Básica e Secundária Luís de Camões para os anos 2024/2025 e 2025/2026 – Sujeição, à Assembleia Municipal, do valor dos compromissos plurianuais, para autorização prévia, nos termos da al. c), do nº1, do art.º 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Para deliberação; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração orçamental modificativa nº1/2024 – Para deliberação; -----
7. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração ao mapa de pessoal, e respetivo anexo, de 2024 – Primeira alteração – Para deliberação; -----
8. Relatório de execução do contrato programa e prestação de contas de 2022 da Associação Centro de Ciência Viva de Constância - Para conhecimento; -----
9. Designação pela Assembleia Municipal de um cidadão eleitor para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância; -----



10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para um pedido de apoio à Junta de Freguesia de Constância na cedência da Sala Polivalente do Cineteatro Municipal, às terças feiras das 16h00 às 17h00, para execução do projeto “Academia da Mente” – Para deliberação; -----

11. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----

12. Outros assuntos de interesse. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente se alguém pretendia intervir. -----

Solicitou a palavra o Senhor Arsénio Cristóvão, de Montalvo, cujo assunto dizia respeito ao Campo de Futebol em Montalvo e balneários. -----

Solicitou igualmente a palavra o Senhor Álvaro Alves, de Montalvo, cujos assuntos diziam respeito ao trânsito e edifícios na Rua Annes de Oliveira, em Montalvo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Arsénio Cristóvão, cujo conteúdo fica a constituir **ANEXO I** desta Ata. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu de seguida a palavra ao Senhor Álvaro Alves, começando este por referir que pretendia reforçar um assunto que já tinha sido mencionado no período antes da ordem do dia “edifícios degradados no Largo do Terreiro e Rua Annes de Oliveira, em Montalvo”. Era urgente proceder a uma intervenção, demolindo-os. Os eleitos da CDU-Coligação Democrática Unitária, na Assembleia de Freguesia de Montalvo, desde o ano de dois mil e dezassete que vinham alertando para a grande perigosidade, tanto para pessoas como para viaturas que aqueles imóveis em avançado estado de degradação provocavam. O Município deveria proceder à sua aquisição para demolição, permitindo para além da segurança já referida, uma melhor fluidez do trânsito naquela zona, um espaço amplo para estacionamento e um mercado mensal com espaço e dignidade. Era uma zona bastante movimentada e, nem os passeios laterais permitiam a circulação de pessoas em segurança, uma vez que nos mesmos existiam postes elétricos que deveriam ser retirados. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao longo texto apresentado e lido pelo Senhor Arsénio Cristóvão, referindo que sempre tinha assumido pessoalmente, o atraso nas obras dos balneários no Campo de Futebol em Montalvo e as razões dos mesmos atrasos. Mantinha tudo o que tinha referido na entrevista que tinha dado à comunicação social (Rádio Antena Livre). O campo de futebol tinha começado a ser construído pelo “telhado”, uma vez que aquela construção deveria ter



garantido o saneamento básico, eletricidade e uma conduta de água. A própria Câmara Municipal não deveria licenciar construções que não tivessem acesso àqueles serviços. Quanto ao facto, do Grupo Desportivo Aldeense ter acabado com a equipa de futebol, pelo que lhe tinha sido comunicado, não se prendia com a questão dos balneários, tal como a situação mencionada sobre a Casa do Povo de Montalvo, cujas dificuldades se relacionavam com a dificuldade em conseguirem arranjar novos Corpos Sociais, estando presentemente a funcionar com uma Comissão Administrativa. Para terminar, referiu que muitas pessoas utilizavam a sua liberdade de expressão para dizerem o que quisessem, no entanto, quando as respostas não lhes eram convenientes, ficavam muito indignadas. - Relativamente às questões apresentadas pelo Senhor Álvaro Alves, disse já ter respondido anteriormente àquele assunto, e nada mais tinha para acrescentar. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a Lei de bases do Clima (Lei nº 98/2021) obrigava a que todos os Municípios tivessem o seu Plano Municipal de Ação Climática, aprovado em Assembleia Municipal. Um documento onde era traçada uma visão, objetivos e metas para o combate às alterações climáticas no Município, considerando as suas idiossincrasias e perfil climático, delineando um conjunto de medidas de minimização/eliminação das vulnerabilidades identificadas. O combate às alterações climáticas a nível local, seria feito em duas vertentes: a mitigação e a adaptação, exigindo a sua implementação até ao ano de dois mil e trinta, com reflexos em rejeições de futuras candidaturas a fundos comunitários caso não exista o cumprimento das mesmas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, começando por referir que se tratava de um plano bastante assertivo, facilitador na prevenção e controlo nos impactos locais, nomeadamente, naqueles cuja dimensão e gravidade permitissem uma intervenção eficiente ao alcance dos recursos humanos e materiais, das entidades solicitadas para a sua gestão. Mencionou como negativo, o facto de estarem envolvidas no processo duas CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), aumentando a burocracia e as dificuldades.



Por fim, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, quais as articulações previstas, o que é que já estava feito e o que é que se previa fazer até dois mil e trinta. --- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando na sua intervenção por referir que se tratava de um documento bastante extenso e com imensas abordagens. Nas vinte propostas a desenvolver pelo Município, eram em sua opinião e da sua Bancada, bastante assertivas, no entanto, muitas delas não eram exequíveis, não só para um tão curto espaço de tempo, como por falta de meios técnicos e financeiros para que pudessem ser desenvolvidas. Tratava-se em sua opinião, mais uma vez, de um plano com um diagnóstico bastante exaustivo sobre as questões como variações de temperatura, cheias, etc., no entanto, as dificuldades para a sua implementação eram de tal ordem (dando para o efeito vários exemplos concretos), que o tornavam inexecutível. O mais caricato, em sua opinião, era o facto da responsabilização do Município pela implementação das medidas. Que o Município se apresentasse como promotor e articulador com as diversas entidades responsáveis, seria aceitável, como principal responsável era inexecutível. Era importante ter um plano, plano esse, que fosse de possível concretização para a dimensão, capacidades técnicas, financeiras e humanas do Concelho, não um plano tão teórico como aquele. Eram mais uma vez coisas que se escreviam de cima para baixo, não acreditando na sua possível concretização. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, sobre o que é que já estava feito e o que é que se previa fazer até dois mil e trinta. Referiu que já estavam a ser aplicadas algumas práticas, dando como exemplos; a substituição das madeiras nos bancos dos jardins, por material compósito (material amigo do ambiente), no edificado dos Paços do Concelho, já era utilizado nas casas de banho material reciclado, entre outras práticas. Quanto ao futuro, o maior ou menor êxito nas concretizações, estaria sempre dependente da existência ou não de fundos comunitários para o efeito. -----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, concordou que o plano era bastante ambicioso e exigente, e iriam procurar concretizar o máximo possível, de acordo com o plano desenhado. -----



Não havendo mais intervenções, o ponto foi colocado a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária e treze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista. -----

PONTO 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PAPERSU – PLANO DE AÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS 2023 DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que eram medidas ao nível da União Europeia, que passavam por ir eliminando os contentores de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, passando para um modelo diferente que passava pela compostagem que cada munícipe deveria fazer particularmente nas suas habitações, ou onde fosse possível. Ao Município caberia de entre outras obrigações, a tarefa da colocação de compostores comunitários, para posterior aproveitamento da matéria orgânica para outras atividades. Referiu, que atualmente a taxa de resíduos sólidos estava ligada à fatura da água, e no futuro, com a implementação destas novas medidas, a taxa de resíduos passaria a ser paga de acordo com o que cada um produzia e não associada ao consumo da água. Já no presente ano, seria desenvolvida uma iniciativa de distribuição de contentores aos não domésticos, dando-se início à sua operacionalização. Reforçou mais uma vez, que o projeto era bastante interessante, no entanto, estava bastante dependente da existência de fundos comunitários, atendendo ao seu elevado investimento, nomeadamente, na aquisição de uma viatura para as recolhas e respetivos operadores. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitando uma melhor clarificação sobre o assunto, nomeadamente, onde é que entrava a RSTJ (Gestão e Tratamento de Resíduos – antiga RESITEJO) no processo, assim como, outros dados já disponíveis. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorização para passar a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, principal responsável pela área e quem acompanhava o processo. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, começou por referir que se tratava de uma matéria bastante específica, com alguma dificuldade de interiorização atendendo à sua linguagem bastante técnica. No sentido de simplificar o assunto, referiu que o objetivo do PAPERSU, era diminuir a recolha de indiferenciados e aumentar a recolha seletiva. Numa fase inicial, pretendia-se começar pela recolha na origem, com a



distribuição de compostores domésticos, tal como já existia com a distribuição seletiva porta a porta de contentores para outros resíduos. Os compostores comunitários, seriam numa primeira fase, só distribuídos aos restaurantes e colocados em locais específicos no Concelho, nas proximidades dos mesmos. A compostagem dali resultante, seria reaproveitada pelo Município para jardinagem ou até, para os munícipes que a solicitassem para adubarem as suas terras. Na fase seguinte é que entraria o veículo para recolha em baixa, com contentores diferenciados, transportando as recolhas para um ecocentro a criar no Concelho, previsto para os armazéns da Câmara Municipal em Vale de Mestre. Respondendo diretamente sobre o momento em que entrava no processo a RSTJ, referiu que esta entidade só funcionava em alta, ou seja, era a responsável pela recolha de todo o processo anterior. Terminou a sua intervenção referindo que ainda não existiam no nosso país experiências neste processo para que se pudessem apresentar mais dados com a objetividade desejada, no entanto, era necessário agir de imediato dando os primeiros passos para que os desafios previstos para dois mil e trinta fossem alcançados, recordando mais uma vez, que o êxito do processo estaria sempre dependente dos fundos comunitários disponíveis para o efeito. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marque dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, pelo que tinha sido explicado, concluía que o Município iria ter um ecoparque e faria a triagem. A questão que pretendia apresentar era a seguinte; para onde é que estava planeado o espaço físico para depósito dos referidos resíduos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando se os compostores eram em plástico ou de outro material e, qual o valor previsto para os mesmos, assim como, se tinham contabilizado a poluição do camião da recolha nas suas deslocações. -----

Em resposta às duas intervenções, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, referiu que o ecoparque seria construído no armazém da Câmara em Vale de Mestre. O veículo para recolhas seria elétrico e, para o presente ano, estava prevista a aquisição de quatro compostores comunitários, num valor previsto de vinte mil euros, incluindo as suas colocações (bases, iluminação et.). -----

Não havendo mais intervenções, o ponto foi colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 4 – DECLARAÇÃO LCPA (LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO) REPORTADOS A 31/12/2023 – PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----



No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a informação era bastante clara, no entanto, estava disponível para responder a qualquer questão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo existirem no documento alguns valores, que pela sua expressão, eram merecedores de uma explicação adicional. Iniciadas as suas dúvidas, verificou-se de imediato, a dificuldade das suas localizações, uma vez que o documento não estava paginado. Assim, por sugestão do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, aceitou entregar posteriormente por escrito as dúvidas encontradas e merecedoras de uma explicação adicional. -----

Não havendo mais intervenções e tratando-se de um documento apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA – REFEIÇÕES ESCOLARES – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFEÇÃO LOCAL PARA O REFEITÓRIO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARGARIDA E PARA O REFEITÓRIO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LUÍS DE CAMÕES, PARA OS ANOS LETIVOS DE 2024/2025 E 2025/2026 – SUJEIÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, NOS TERMOS DA al. c) DO N.º1, DO art.º6º, da Lei n.º8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um processo administrativo normal, para a aquisição do serviço de fornecimento de refeições para as escolas do Concelho. Tendo em conta que se tratava de um compromisso plurianual e, que o valor das contratações obrigava a uma autorização prévia da Assembleia Municipal para que fosse possível lançar o processo de contratação pública, aqui estava apresentado para cumprimento dos requisitos. -----

Não havendo questões por esclarecer por parte das Bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação deste ponto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 1/2024 – PARA DELIBERAÇÃO -----





O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava da inclusão do saldo de gerência de dois mil e vinte e três, num total de 228.846,22€ (duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e seis euros e vinte e dois cêntimos) para um conjunto de atividades; visitas de estudo, confluência trail - 2024, comemorações do dia de Camões, Praça ConVida, entre outras. Havia uma rubrica que sobressaia das restantes pelo seu elevado valor, com um montante de 55.000€ (cinquenta e cinco mil euros), destinados ao processo de encerramento do Projeto Parque Almourol, que se arrastava desde há muitos anos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam algum esclarecimento sobre o assunto. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que à semelhança do ano anterior, verificava que a injeção do saldo de gerência, seria aplicado em despesa corrente, não sendo um bom sinal. Seria bem melhor, a sua aplicação ser em despesas de capital. Quanto aos cinquenta e cinco mil euros, para o encerramento do processo do Parque Almourol, lembrou que era uma injustiça proceder-se àquele pagamento, não tendo o Município de Constância qualquer responsabilidade no referido atraso. Tratava-se de um problema antigo, cujos responsáveis tinham sido o Município da Chamusca e a NERSANT (Associação Empresarial da Região de Santarém). O Município de Constância tinha cumprido com o que se tinha comprometido para aquele investimento, ao contrário de outros (Município da Chamusca e NERSANT), reiterando que se tratava de uma grande injustiça, a não ser, que existissem outros dados para além dos conhecimentos que possuía. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para referir que a questão que estava por finalizar era a respeitante ao património do Parque Almourol afeto ao Município da Chamusca. Os 55.000,00 € diziam respeito a despesas de funcionamento do Parque Almourol ao longo destes anos. O Município de Constância foi o único que até ao momento ainda não tinha liquidado aquele valor, tendo colocado um conjunto de questões à NERSANT para melhor esclarecimento. Enquanto aquelas questões não fossem esclarecidas, o Município não procederia ao pagamento da importância referida, no entanto, aquela verba teria que estar inscrita, para em qualquer altura do ano de dois mil e vinte e quatro, poder ter que ser liquidada. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos contra da Bancada da





CDU-Coligação Democrática Unitária e, treze votos a favor da Bancada do Partido Socialista. -----

PONTO 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E RESPETIVO ANEXO, DE 2024 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir da necessidade de ajustamento ao mapa de pessoal, decorrente das alterações que continuamente iam surgindo. Esta proposta de alterações, visava o seguinte: - A equipa de Sapadores Florestais, que antes tinham a categoria de Assistentes Operacionais, tinham transitado em mobilidade para a categoria de Sapadores Bombeiros Florestais e, tendo já cumprido o tempo mínimo naquela categoria, tinham passado definitivamente para a nova categoria; - Por não se ter ainda concretizado a mobilidade da substituição da técnica para os Fundos Comunitários, assim como, do técnico superior na área da contabilidade que tinha saído para a DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) que, ainda não tinha sido substituído; - O ajustamento corrente para a contratação de uma funcionária para escola e outra para o Museu dos Rios e das Artes Marítimas; - A eliminação do lugar previsto a tempo inteiro, para o Gabinete Técnico Florestal, tendo em conta a dimensão do Concelho, não se justificando ter um Engenheiro Florestal a tempo inteiro, prevendo-se a contratação de uma prestação de serviços a meio tempo ; - A necessidade de recrutamento para dois Assistentes Técnicos para o Parque Ambiental de Santa Margarida, ambas em substituição. Estas eram as alterações propostas. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco votos de abstenção pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, e treze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista. -----

PONTO 8 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022, DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA – PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, como era habitual nestes assuntos, tinha que ser dado conhecimento à Assembleia Municipal. Tinha existido um significativo atraso no seu envio por parte do Centro de



Ciência Viva de Constância para a sua análise pelos técnicos da Câmara Municipal, sendo só possível a sua apresentação naquela Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. Não havendo e sendo o documento apenas para conhecimento, passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 9 – DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CONSTÂNCIA -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por referir que a Senhora Maria Teresa Brás de Matos Gaspar, tinha esgotado o tempo permitido como membro da CPCJ de Constância, sendo necessário proceder à indicação pela Assembleia Municipal de um novo elemento, questionando as lideres das duas Bancadas se tinham nomes para apresentar. A Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, respondeu afirmativamente, apresentando o nome da Senhora Telma Cristina Alves Fernandes, de Malpique, Santa Margarida da Coutada. A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, pela voz da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, referiu não pretender apresentar qualquer nome. De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido os seguintes resultados: - Votos Sim, dezassete; Votos Não, zero; Votos Brancos, um. A Assembleia Municipal indicaria à CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Constância) o nome da Senhora Telma Cristina Alves Fernandes. -----

Não havendo contestações sobre esta nomeação/indicação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA UM PEDIDO DE APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE CONSTÂNCIA, NA CEDÊNCIA DA SALA POLIVALENTE DO CINETEATRO MUNICIPAL, ÀS TERÇAS-FEIRAS DAS 16 ÀS 17 HORAS, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO “ACADEMIA DA MENTE” – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apresentação daquele ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um pedido da Junta de Freguesia de Constância, para a promoção da atividade “Academia da Mente”, atividade que já decorria nas freguesias de Montalvo e Santa Margarida da Coutada. Não tendo a Junta de Freguesia de Constância um espaço onde



pudesse desenvolver aquela atividade, tinha solicitado à Câmara Municipal a cedência da Sala Polivalente do Cineteatro Municipal, nos dias e horários referidos. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitando alguns esclarecimentos relativos à informação em apreço; - No ponto relativo ao Planeamento e Ordenamento do Território, era referida a requalificação e adaptação de edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprindo os planos de contingência e/ou de uma atividade promovida para assegurar as acessibilidades, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, na unidade de saúde, Polo de Santa Margarida. Pretendia saber, qual o ponto de situação daquela candidatura, e quais os obstáculos identificados na fase de diagnóstico, nomeadamente, ao nível das acessibilidades e segurança e, se na presente data, aqueles problemas estavam a constituir alguma gravidade para a população. Na informação relativa à Ação Social, Saúde e Educação, pretendia saber; qual o ponto de situação, do programa ABEM (Rede Solidária do Medicamento), no sentido de perceber se no ano de dois mil e vinte e três, princípios de dois mil e vinte e quatro, que alterações tinham existido, nomeadamente, no tipo e número de beneficiários. Assim como, no acompanhamento dos processos de RSI (Rendimento social de inserção), ou do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social). Também pretendia um esclarecimento sobre as visitas domiciliárias realizadas em conjunto com a Técnica gestora de processos SAAS/RSI, questionando se não seria mais esclarecedor mencionarem apenas o número total de visitas, ou teria outra explicação. No atendimento e acompanhamento de munícipes em situação de procura de emprego, questionava se se tratava de uma atividade dinamizada pelo GIP (Gabinete de Inserção Social). Se sim, porque é que em páginas seguintes constava a dinamização do GIP no âmbito da 4ª edição, questionando se era a mesma coisa ou coisas diferentes. No referente aos beneficiários integrados no Município de Constância, através de medidas promovidas pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), qual o número de pessoas integradas, que atividades estavam a desenvolver, e em que instituições. Sobre a dinamização da Loja Social, promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Constância, pretendia saber qual era a gestão e apoios a prestar através



do acompanhamento social dos agregados familiares, questionando se a Loja Social também fazia aquele acompanhamento, ou era através do SAAS. Por fim, questionou qual era o ponto de situação e qual o impacto, àquela data, com o processo de transferência de competências ao nível da Educação, e mais recentemente com a saúde. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à primeira questão colocada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária sobre a candidatura para a Unidade de Saúde - Polo de Santa Margarida da Coutada, referindo que na designação para a candidatura, estavam contempladas a segurança e o conforto do utente, não existindo nada que não fosse a designação correta da candidatura, cujo objetivo principal visava; a eficiência energética do próprio edifício, nomeadamente, a substituição das caixilharias, pintura do edifício, assim como, a substituição dos equipamentos informáticos. Lembrou ainda que, a candidatura só permitia a inclusão daquela unidade de saúde, já tinha sido submetida, aguardando-se informações sobre a sua aprovação. Quanto à questão da descentralização de competências nas áreas da educação e da saúde, referiu que o processo estava a decorrer normalmente como previsto, não havendo nada de relevante a assinalar. Para responder às questões relacionadas com a ação social, solicitou autorização para passar a palavra à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, responsável pelo pelouro respetivo. -----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo começou por responder ao acompanhamento do programa “ABEM”, referindo que no momento presente, apenas existiam sete beneficiários, estando o Município a preparar uma nova candidatura mais abrangente, nomeadamente, que tivesse em atenção as pessoas que se encontravam em Lares. Quanto ao RSI, existiam de momento, trinta e dois processos; cinco em Constância, sete em Montalvo e vinte em Santa Margarida da Coutada. Desde a assunção daquela competência, tinham cessado quinze processos, e admitidos doze. Quanto à questão das visitas domiciliárias com a gestora do SAAS, as visitas eram acompanhadas pela técnica do Município e pela técnica destacada para o efeito, visando um melhor conhecimento sobre as diversas carências; económicas, habitacionais, higiénicas e outras, no domicílio das pessoas, fazendo posteriormente o devido encaminhamento, em função das carências verificadas. -----

Quanto ao atendimento/encaminhamento de munícipes à procura de emprego, quando as técnicas se deparavam com pessoas desempregadas, encaminhavam-nas para o GIP e, este fazia a articulação no encaminhamento para o IEFP. Quanto à dinamização da Loja



Social, referiu que esta instituição estava ligada à Santa Casa da Misericórdia de Constância e, muitas vezes através das visitas domiciliárias atrás referidas, ou através das próprias pessoas na procura das suas necessidades mais básicas (Alimentação, roupas, calçado ou outros bens), eram detetadas situações que a própria instituição poderia resolver, sendo avaliada a situação de acordo com os critérios definidos para o efeito e elaborada a resposta. A Câmara Municipal era apenas um parceiro no processo. Quanto à dinamização do GIP - 4ª edição, dizia respeito ao ano de dois mil e vinte e quatro, sendo necessária anualmente uma avaliação e um novo pedido de candidatura ao IEFP, estando já aprovada para o presente ano. -----

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que tinha ficado com uma dúvida quanto ao cartão ABEM. Inicialmente, aquele protocolo estava estabelecido com a Associação DIGNITUDE e, só tinha a ver com a aquisição dos medicamentos. Depois da explicação dada pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, tinha percebido que esta entidade também estaria envolvida, ou iria estar, no pagamento a Lares. Também pretendia saber da razão de no Município de Constância só existirem sete beneficiários, quando anteriormente eram bastantes mais. -----

Retomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, começando por clarificar que a Loja Social era pertença da Santa Casa da Misericórdia de Constância, o Município era apenas um parceiro, como já anteriormente tinha referido. Quanto ao programa ABEM, era efetivamente um protocolo com a associação DIGNITUDE. O que se pretendia com a referida maior abrangência, era dar resposta a uma injustiça verificada no ano transato, referente à exclusão de algumas pessoas, por apresentarem rendimentos brutos que os excluía daquele benefício, não tendo em conta, as avultadas despesas com Lares que, para o efeito não eram contabilizadas. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que no documento, eram apresentados projetos de execução de arquitetura e especialidades, no âmbito do programa do primeiro direito da estratégia local de habitação, no valor de quarenta mil euros, mais IVA. Pretendendo saber mais pormenores sobre o assunto, nomeadamente, se contemplava a Rua dos Combatentes, em Santa Margarida da Coutada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder afirmativamente à última questão, referindo que todos os Municípios teriam em primeiro





lugar que ter os projetos de arquitetura e especialidades concluídos para poderem submeter as candidaturas para aprovação. Seguidamente, teriam que lançar a empreitada a concurso, e só depois, iniciar a execução. Estava em crer, que durante o final do presente ano ou no início do próximo, seria possível dar início à obra. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, solicitando mais informações relativamente ao pedido de prorrogação para a Loja do Cidadão e, qual o ponto de situação sobre aquele projeto. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que estavam a decorrer dois processos em simultâneo para a Loja do Cidadão; o contrato de empréstimo e o contrato da empreitada. Tinham sido os dois submetidos para aviso prévio obrigatório ao Tribunal de Contas, tendo este solicitado, tal como a instituição Bancária, a resposta a algumas questões, a serem elaboradas pelos técnicos da Câmara Municipal, prevendo-se o seu envio o mais breve possível. Se tudo corresse dentro do previsto, no próximo mês de abril, seria dado início à obra. Quanto à prorrogação, tinha saído um aviso para a reprogramação das candidaturas, que permitia aos Municípios com candidaturas aprovadas, pedir uma prorrogação temporal das empreitadas que poderiam ir até ao ano dois mil e vinte e seis. A Câmara Municipal já tinha definido como objetivo, a prorrogação do prazo até dezembro de dois mil e vinte e cinco. Também na questão financeira, tinha havido uma alteração significativa para a participação, passando dos novecentos mil euros previstos, para um milhão, cento e setenta mil euros, com a possibilidade, quando devidamente fundamentada e justificada, poder elevar o seu financiamento para os cem por cento, ou seja, para o valor de um milhão e quinhentos mil euros. Neste caso, não seria necessário o empréstimo bancário. A Câmara Municipal aguardava pela decisão final da Autoridade de Gestão para o efeito. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 12 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que junto ao PASM (Parque Ambiental de Santa Margarida), existia um anúncio para venda de material lenhoso na árvore, à melhor oferta pública. Pretendia saber do que se tratava. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando qual o ponto de situação sobre a colónia de gatos na Freguesia de Montalvo. -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que pretendia apresentar na sua intervenção, duas observações e uma questão concreta. A primeira observação, dizia respeito à intervenção do Senhor Álvaro Alves, no período destinado à intervenção do Público. Concordava com as observações apresentadas e, ela própria, fazia um apelo ao executivo camarário, que reconsiderasse a requalificação do Largo do Terreiro, nomeadamente, na demolição dos imóveis referenciados. Para além do aspeto estético que certamente melhoraria bastante com a sua demolição, daria outra dignidade ao espaço e à Freguesia de Montalvo. A segunda observação, dizia respeito à intervenção do Senhor Arsénio Cristóvão, também no período destinado à intervenção do Público que, por ter sido um documento bastante extenso, tinha dificultado na assimilação do seu conteúdo para uma resposta que, em sua opinião, tinha ficado aquém do exigido. Pretendia realçar dois aspetos da intervenção merecedores de especial atenção; a questão do Campo de Futebol com a colocação do relvado sintético e, os balneários. Relativamente ao primeiro aspeto, como era do conhecimento de todos, as circunstâncias que tinham levado à colocação do relvado sintético, de entre outras, prendia-se com o elevado número de atletas na prática do futebol. Quanto aos balneários; na altura, os balneários estavam a funcionar e respondiam às necessidades. Todos sabiam que se tinha de equacionar melhoramentos nas estruturas de apoio ao Campo de Futebol, nas quais se enquadravam os balneários. Com a chegada de um novo Executivo Camarário, tinham sido definidas outras necessidades, como a aquisição de outros balneários. Não fazia qualquer sentido, passados aqueles anos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal continuar a falar do saneamento, da água e da luz, referindo reiteradamente que a casa tinha começado pelo telhado, quando já tinha tido tempo mais que suficiente, para nos seus mandatos, resolver a situação. Quanto à questão em concreto, pretendia referir o seguinte; estando aberto Aviso de abertura de concursos para obras de requalificação de escolas e, estando a Escola EB 2,3 - Luís de Camões a necessitar de obras, qual era o pensamento do executivo sobre o assunto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que se tratava de um lançamento de hasta pública (Venda de bens por leilão) para venda de lenha na árvore. Os sobreiros estavam a precisar de um limpeza e desbaste, tendo o Município a devida autorização por parte do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) para o efeito. -----

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu que respeitava todas as opiniões, no entanto, dentro da liberdade de expressão que lhe era consagrada, continuaria a falar sobre todos os assuntos que em seu entender fossem merecedores de tal atitude. Não aceitava que alguém o obrigasse a dizer o que não pensava. Agradecia todas as sugestões e às vezes, até o levavam a mudar de opinião. Algumas pessoas diziam tudo o que lhes apetecia ou entendiam, no entanto, quando alguém as contrariava ou contra-argumentava, ficavam bastante indignadas, e mais não falava sobre o assunto. Quanto a uma candidatura da Escola EB 2,3 - Luís de Camões, para obras de requalificação, referiu que o Aviso mencionado, tinha a ver com escolas que tinham sido consideradas prioritárias pela tutela. A Escola EB 2,3 – Luís de Camões, não tendo sido considerada prioritária, não sendo elegível no âmbito do referido Aviso. Para responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitou autorização para passar a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, responsável pelo pelouro. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que não tinha surgido nenhum cidadão daquela freguesia a disponibilizar os seus terrenos para aquele efeito. Para se utilizarem terrenos municipais, que no caso em concreto também não existiam, era necessária uma autorização, que teria de passar pela criação de um Regulamento, que só depois de aprovado pela Assembleia Municipal, produziria efeitos. A sua concretização não estava fácil e os animais continuavam a multiplicarem-se. Era necessário fazer alguma coisa dentro das possibilidades legais para que aquela situação fosse resolvida. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, retomando a questão da limpeza e desbaste de sobreiros e, tendo em atenção a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDu-Coligação Democrática Unitária, pretendia tirar algumas dúvidas, nomeadamente, quanto à área indicada na planta da hasta pública. Questionou o porquê, de ser apenas aquela área, partindo do pressuposto, que o terreno pertencente ao Município seria de uma maior extensão. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Ângela Sofia Alves Grilo, da CDu-Coligação Democrática Unitária para referir que no passado tinha existido um protocolo para a passagem de autocarros na ponte sobre o rio Tejo, para os grupos que visitassem dois dos equipamentos do Concelho, concretamente, o Centro de Ciência Viva e o Parque Ambiental de Santa Margarida (Borboletário). Presentemente não existia qualquer

protocolo. A sua questão era a seguinte; seria possível restabelecer o referido protocolo com as entidades envolvidas na gestão do tráfego da ponte, uma vez que, para aquela deslocação em autocarro para visitas aos equipamentos mencionados, era necessário percorrer muitos quilómetros, fosse através da ponte da Chamusca, fosse através da ponte de Abrantes. Em sua opinião, aquele deslocamento retirava interesse às visitas, muito particularmente, quando se tratavam de visitas conjuntas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a operação de limpeza e desbaste de sobreiros, visada na hasta pública para a limpeza daquele espaço, referiam-se aos limites, definidos como pertencentes ao Município. Relativamente à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática, referiu que nunca tinha existido, pelo menos do seu conhecimento, qualquer protocolo escrito, autorizando a passagem de autocarros na ponte sobre o rio Tejo. Poderia eventualmente, ter existido algum acordo de boca, no entanto, a sua posição e do Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha, era a intransigência da não permissão para aqueles serviços. Quando as coisas corriam bem, estava tudo correto, quando corriam mal, eram os Presidentes das Câmaras Municipais que teriam que responder pelos danos. Existia um Relatório técnico, assinado por um dos melhores engenheiros do País, especialista em pontes, que definia como condições de trânsito para a ponte, as presentemente definidas e, não era um Presidente de Câmara Municipal, ou dois, licenciados em Direito, que contrariavam um relatório técnico. Pessoalmente, não assumiria aquele risco. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar se já estava delineado o programa para as comemorações dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o que tinha sido articulado até àquele momento, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e com os Presidentes de Junta de Freguesia, era a alteração da cerimónia principal transitar para o próprio dia e não na noite anterior, como vinha acontecendo em anos anteriores. O içar das bandeiras nas Juntas de Freguesia, terminaria desta vez, na Freguesia de Constância, tendo em conta o alinhamento das cerimónias. Estavam previstos os discursos habituais dos líderes das Bancadas, do Presidente da Assembleia Municipal e do Presidente da Câmara Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município. Estava igualmente a ser preparada a inauguração da Galeria dos antigos Presidentes da Câmara Municipal, no

período da manhã. No período da tarde, seriam iniciadas diversas atividades culturais, desportivas e outras, nas diferentes Freguesias, cujos programas seriam levados em tempo oportuno ao conhecimento de todos os Munícipes. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

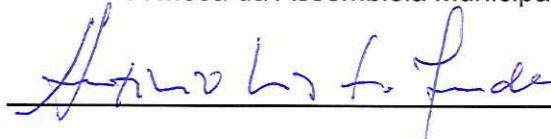
-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta e sete minutos. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



Coelma Silveiro

MARIA TUSA BAPT DE NATA

CAMPO DE FUTEBOL EM MONTALVO – BALNEÁRIOS***RESPOSTA À ENTREVISTA DO PRESIDENTE CMC À ANTENA LIVRE - AL***

Após analisar as declarações proferidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância à Antena Livre AL, em resposta às manifestações de desagrado manifestadas pelo treinador Wilson Leite à Médiotejo.net realçando as deficientes condições de trabalho que o campo de futebol e respetivos “balneários” oferecem no desenvolvimento do seu trabalho, para além do sentimento de abandono que sente por parte da autarquia, nos treinos realizados na infraestrutura desportiva em causa.

Atualmente orienta cerca de vinte miúdos às segundas e quartas feiras e por vezes aos fins de semana com “balneários” sem condições mínimas de funcionalidade e conforto, com um piso sintético em mau estado, havendo zonas de relva queimadas pelo sol, os portões abertos 24 horas por dia, permitindo que adolescentes sem calçado adequado utilizem o sintético deteriorando-o, com painéis de rede deteriorados presos por arames, principalmente por detrás das balizas dos campos de futebol de sete, enfim, quem por lá passa, diz o técnico, pensa tratar-se de umas instalações abandonadas.

A determinada altura da entrevista o Wilson Leite, diz ainda e passo a citar; **“Já temos quatro meses de treinos e de atividade e eu nunca vi aqui nem presidente da Câmara, nem vereador do desporto”**

Enquanto cidadão e ex-vereador no mandato em que foi construída a infraestrutura desportiva em causa, senti que devia manifestar-me num gesto de solidariedade para com o Wilson Leite, bem como desta forma, alertar a autarquia e a comunidade constanciense em geral, para o estado de abandono, fruto da flagrante falta de manutenção, em que se encontra o campo de futebol.

Pensava que a entrevista dada pelo treinador Wilson Leite e complementada por mim, funcionasse como um alerta para o executivo camarário e o acelerador para uma rápida intervenção na correção das situações apontadas, mas infelizmente o efeito desejado não funcionou, preferindo o senhor presidente ir para a Antena Livre descarregar sobre os “outros” aquilo que é da sua responsabilidade, lembrando-o que foi eleito em 2017 e estamos em 2024.

Um presidente não pode ou não deve chamar a si os louros daquilo que de bom se faz na sua autarquia e empurrar para os “outros”, os dos mandatos anteriores, a causa das decisões menos acertadas que tomou ou tem tomado.

Concluída esta introdução que o assunto em causa exige, passarei a focar-me sobre as questões levantadas pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Constância na entrevista dada no dia **05 Fevereiro 2024** à AL.

Assim, o senhor presidente inicia a sua intervenção começando por afirmar; passo a citar,

Dentro de duas semanas, os novos balneários do Campo de Futebol de Montalvo estarão completamente operacionais. A garantia foi dada pelo presidente da Câmara de Constância. Sérgio Oliveira adiantou que, neste momento, “é possível treinar no campo, usando os balneários antigos”. A Câmara optou “por não colocar os balneários novos a uso porque não tem sentido enquanto o interior não estiver apetrechado e não estiver feita a nova baixada elétrica por parte da E-Redes. Contamos que, dentro de duas semanas, esses dois assuntos fiquem resolvidos”.

Ao afirmar que a razão para o atraso na abertura dos balneários se deve à falta do seu apetrechamento e de uma baixada elétrica, pergunta;

- 1- Será que durante os dois anos, início de 2022 até agora 2024 espaço de tempo em que estiveram parqueados os balneários/contentores no local onde hoje se encontram atualmente, não foram suficientes para proceder à reclamada baixada, bem como para o apetrechamento dos balneários?
- 2- Depois como se justifica que a Casa do Povo de Montalvo/Câmara Municipal desenvolva um processo para adjudicação de uns balneários em 2021 e deixa de fora a adjudicação do seu recheio?
- 3- Será que a autarquia no momento só tinha subsídio para financiar os balneários?

No verão de 2021, ano em que foram adquiridos os balneários, a autarquia ficou conhecedora de todos os elementos técnicos dos aparelhos a alimentar no complexo desportivo, tais como; a potência do motor da bomba elevatória das lamas dos sanitários para o coletor principal, a potência dos termoacumuladores para aquecimento das águas dos banhos, a potência do motor da bomba de rega mais a potência dos projetores de iluminação do campo de futebol. Perante o descrito, a autarquia tinha reunido todas as condições para com rigor contratar a potência adequada.

Perante estes factos como pode vir atribuir culpas aos anteriores mandatos pelo atraso na conclusão dos balneários?

Se porventura o Wilson Leite, treinador do TSU e dos miúdos e miúdas atrás mencionado não se tivesse manifestado a um órgão da comunicação social, denunciando o descrito no primeiro parágrafo, o senhor presidente não iria ripostar através da Antena Livre, só o tendo feito para apresentar um conjunto de desculpas ridículas e com carácter de malvadez, escolhendo como boia de salvação situações bizarras relacionadas com o atraso da entrada em serviço dos balneários, tentando ilibar-se da responsabilidade pelo atraso de três anos, 2021 a 2024, que os balneários têm.

Perante os factos descritos anteriormente, não tenho dúvida em afirmar que a construção dos balneários, foi considerada por si como obra não urgente, apostando em investimentos que na sua opinião eram prioritários, não tendo em conta que naquela infraestrutura estavam investidos cerca de meio milhão de euros, possuindo um campo com um piso sintético classificado pela FIFA E UEFA com cinco estrelas, sendo reconhecido pela AFS como um dos melhores pisos do distrito.

Ao longo do tempo, época após época, e com os balneários por construir, foi ver a debandada de jovens que tinham iniciado o seu percurso na Escola de Futebol de Formação da Casa do Povo de Montalvo, para clubes da região, onde ainda hoje evoluem.

Na época de 2016/2017 o numero de jovens cifrava-se em cerca de oitenta.

Hoje, são cerca de vinte os miúdos e miúdas que evoluem naquele espaço, às segundas e quartas-feiras e por vezes aos fins-de-semana, orientados pelo Wilson Leite, que lhes transmite com dedicação e carolice o *abc* do futebol, na partilha de aspetos técnicos e humanos, num desporto de cariz coletivo, onde o espirito de grupo, cumplicidade e solidariedade têm um enorme peso no seu desenvolvimento e crescimento, tornando-os melhores homens e mulheres no futuro, melhor preparados para enfrentar uma sociedade cada vez mais egoísta.

De realçar o apoio logístico muito importante que os pais dedicam aos filhos durante os treinos e jogos, tornando a tarefa do treinador mais facilitada.

Também o Aldeense que militou na 2.ª divisão do distrital da AFS com uma equipa sénior e júnior acabou por abandonar.

Primeiro a equipa sénior e um ano depois a equipa júnior.

Estas desistências não aconteceram por acaso. Pesou nesta decisão principalmente a falta de apoio da autarquia, quando o presidente da coletividade, sentindo que o apoio por parte da autarquia era insuficiente para continuarem a competir, que os atletas se recusavam a representar o Aldeense enquanto os balneários existentes não fossem substituídos por outros com melhores condições e que fosse implementado uma reestruturação em termos logísticos com o propósito de dar uma dinâmica diferente quanto à utilização do campo de futebol perante uma nova realidade.

Como resposta levou um redonda não.

Perante a posição tomada, estavam criadas as condições para que o projeto que tinha como base a integração dos jovens que terminavam a formação na Escola de futebol da Casa do Povo de Montalvo para o Aldeense terminasse naquele momento.

Com esta desistência, os fregueses de St^a Margarida da Coutada que acompanhavam o clube, deixaram de marcar presença no campo de futebol em Montalvo, perdendo-se com isso o convívio sempre salutar entre municípios do mesmo concelho, que o rio tejo separa mas que o futebol conseguia unir.

Depois o senhor presidente da Câmara de Constância voltou a referir que “o processo dos balneários não foi um processo que tenha corrido bem” e disse assumir “por completo, a responsabilidade que me diz respeito”.

Seria bom que mencionasse o que é que correu menos bem, pois ao fazê-lo poderia esclarecer os municípios do atraso de cerca de dois anos, que levou para iniciar os trabalhos da instalação dos balneários, sendo por enquanto incerto para quando a sua conclusão.

No seguimento da entrevista, voltou a lembrar e a querer “deixar claro” que “o processo dos balneários e o processo do Campo de Futebol não foram começados agora”.

O que acaba de afirmar é uma realidade, ainda que desfasada no tempo.

O campo de futebol iniciou-se no mandato de 2009/2013 para terminar no mandato 2013/2017. Quanto aos balneários, sendo parte integrante do complexo desportivo, campo de futebol, como é evidente a sua construção foi motivo de muitas opiniões durante os mandatos anteriores, abordando-se diversas questões; como a sua localização, tipo de construção, zona a implementar, potência elétrica a disponibilizar consoante o tipo aparelho para aquecimento da água para banhos, etc., etc., enfim um conjunto de situações normais de quem procura realizar obras sem dinheiro, e em tempo de vacas magras.

Sobre vacas magras, como decerto estará recordado, a União Europeia impôs uma intervenção da Troika em Portugal que coincidiu com a saída do primeiro - ministro do governo de então José Sócrates do PS, e a entrada do primeiro-ministro Passos Coelho do PSD.

Essa intervenção foi motivada pela grave situação financeira em que se encontravam as finanças públicas do país, tendo levado a que fossem impostas medidas de contenção, tanto ao nível das candidaturas de apoio aos fundos comunitários, como na admissão de pessoal, tendo sido imposto às autarquias o sistema de 2 em 1, ou seja, por cada dois trabalhadores reformados só podia entrar um para o quadro de pessoal.

Ao nível de obras particulares no concelho, praticamente deixaram de entrar projetos na autarquia, a receita própria caiu a pique, enfim, o município viveu momentos muito difíceis, não deixando contudo os executivos de então, através de um enorme esforço, construído o campo de futebol sintético, executada a vedação, instalada a iluminação elétrica e respetivo quadro elétrico, tendo-se ainda procedido a alguns melhoramentos nos balneários tanto no interior como exterior, a fim de melhorar o conforto dos atletas e dar alguma dignidade ao espaço.

O autarca Sérgio Oliveira não poupou nas críticas ao Executivo anterior aos seus mandatos e disse mesmo que “qualquer um de nós, quando faz uma casa, uma empresa ou que

equipamento for, a primeira coisa que assegura é que exista uma conduta de esgoto, que exista uma baixada elétrica que assegure as necessidades do equipamento e uma conduta de água. Foi colocado um relvado sintético novo e estas três questões ficaram por resolver. A casa começou pelo telhado”.

Relativamente aos ramais de água e esgotos, a questão apresentada é mais uma forma que escolheu para fugir às suas responsabilidades no processo.

Sabe perfeitamente bem que os ramais em causa foram construídos, creio que no verão de 2021, estamos em 2024, é presidente da autarquia desde 2017 e vem dizer que o atraso da entrada em serviço dos balneários se deve à falta de umas condutas de água e esgotos e há execução de uma baixada elétrica?

Quanto inclui no seu rol de acusações a baixada elétrica, que o executivo de 2013/2017 não mandou fazer, informo o senhor presidente que um pedido de aumento de potência tem custos e que na altura nada justificava realizar tal ato, tendo em conta que a potência contratada à EDP Distribuição, designação na altura da empresa fornecedora de energia elétrica, era adequada à potência instalada na infraestrutura desportiva, campo de futebol.

Como sabe os balneários/contentores que hoje continuam por funcionar, foram adquiridos em 2021, pela Casa do Povo de Montalvo/Câmara Municipal ou seja, quatro anos depois de o senhor tomar posse.

A pergunta que se coloca é se entre 2017 e 2021, possivelmente já com o local e tipo de balneários escolhidos e os aparelhos para aquecimento das águas dos banhos instalados, nunca pensou solicitar à E-REDES o pedido de baixada que vem agora acusar o mandato de 2013/2017 de não o ter feito?

Na realidade quem estava na posse dos elementos técnicos da aparelhagem instalada e a instalar era a autarquia, sabia as correntes elétricas absorvidas pelos termoacumuladores dos balneários, do motor da bomba que iria elevar as lamas do poço dos balneários para o coletor principal, do motor da bomba da rega do relvado sintético e por fim a potência absorvida pela iluminação do campo de futebol, ou seja, estava na posse de todas as condições técnicas para com rigor solicitar à E-REDES o aumento de potência capaz de satisfazer as instalações desportivas sem correr o risco de pecar, ou por excesso ou carência.

Se o executivo anterior, 2013/2017, porventura tivesse optado por pedir um aumento de potência sem quaisquer valores técnicos, estaria a fazê-lo no escuro, e essa nunca foi a forma de atuar do mandato anterior relativamente ao assunto em causa.

Pegando no exemplo acima mencionado, o executivo que o senhor acusa de ser o responsável do atraso da entrada em serviço dos balneários, mandou executar durante o seu mandato um projeto a um gabinete de Arquitetura de Tomar. O projeto foi aprovado, estava em condições de ser executado, e o senhor logo que tomou posse rejeitou o referido projeto, mandando fazer alterações ao projeto original ao mesmo gabinete de Arquitetura, tendo para além daquilo que a autarquia já tinha pago, serem-lhe debitados mais 2.400 euros pela alteração.

Como vê senhor presidente, o pedido do aumento de potência que nós não fizemos e que o senhor reclama e acusa como a causa do atraso da abertura dos balneários, podia vir a acontecer o mesmo que aconteceu com a obra da Cabral Moncada vindo assim a recair sobre o município custos desnecessários.

Na continuação das acusações, infundadas e sem nexos que são feitas ao mandato anterior acusando-o de ter começado a casa pelo telhado ao não ter feito umas condutas, de água e de esgotos, e uma nova baixada elétrica, pergunta;

Será que se está a referir a um loteamento?

É neste tipo de obra que se exige o equipamento que menciona, até porque as condutas que se refere já existem há muitos anos na zona industrial, local onde em 2021 foram ligados os ramais para os balneários.

Acusando o mandato anterior de termos começado a casa pelo telhado, e atendendo que em 2021 tinha os contentores parquoados no local onde se encontram sem apetrechamento, pergunta;

Qual foi a parte por onde o senhor começou e ainda não terminou os balneários?

Pelo telhado? Não foi. Pelo pavimento? Também não.

Ao ter optado por investir noutros projetos, deixou para trás o apetrechamento dos contentores, ou seja, a Casa do Povo de Montalvo/Câmara Municipal de Constância comprou os contentores e “esqueceram-se”, de apetrecha-los, continuando os contentores a ser somente isso, contentores. Coisas da vida.

Quando a Casa do Povo de Montalvo/Câmara Municipal Constância optou por adjudicar os contentores equipados com termoacumuladores elétricos, fê-lo com base nas propostas apresentadas por outros fornecedores, acompanhados de um estudo técnico/económico ou foi adjudicado aquele que estava mais à mão?

Foram equacionadas outras alternativas, de aquecimento de águas para banhos, por exemplo a utilização de esquentadores a gás propano?

Caso a solução escolhida fosse a opção anterior, tenho a certeza que o aumento de potência agora reclamado pelo senhor presidente não se colocava, e com isso evitar-se-iam custos para a autarquia na certificação da instalação elétrica a que vai ser sujeita por uma entidade fiscalizadora.

Afirma ainda que não deixou sem resposta “alguma rapaziada” que “anda a dividir isto em dois grupos, entre competentes e incompetentes”.

Relativamente à denominada “alguma rapaziada”, não sabe a quem se refere e por isso manda o bom senso que devo ignorar. No entanto seria importante que fosse mais ao pormenor, indicando sem receio, qual é essa rapaziada.

Termina a sua intervenção afirmando que “Acho que com esta explicação fica bem patente quem foram os incompetentes neste processo todo”, concluiu Sérgio Oliveira.

Apesar dos factos mencionados neste documento indiciar a quem devem ser assacadas as responsabilidades, sendo por mais evidentes as muitas trapalhadas e contradições que apresenta na entrevista, metendo os pés pelas mãos, tentando ao mesmo tempo passar para os “outros” aquilo que é da sua responsabilidade.

Como acredito e sempre acreditei na inteligência dos munícipes, sei que ao analisarem o conteúdo do documento, saberão diferenciar perante os exemplos apresentados, sem demagogia, com honestidade e transparência, quem de facto são os incompetentes neste processo despoletado pelo atraso dos balneários.

23 Fevereiro 2024

O cidadão

Arsénio Cristóvão

